

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CIDADÃ,
DIANTE DA NEGAÇÃO DA CIDADANIA**

Floricina Estevam Carneiro da Silva¹

Em 2014, começou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal Professor Edson Pisani (EMPEPI), uma escola que, apesar de estar localizada no meio da favela, em uma das áreas economicamente mais empobrecida, existiu por décadas sem que ali houvesse turmas de EJA. Ao assumir meu cargo como professora da rede municipal e escolher vir trabalhar nessa escola no Aglomerado da Serra, procurei informações sobre o porquê de a mesma não atender essa importante demanda da Comunidade. Me deram inúmeras desculpas, responsabilizando a direção por isso não acontecer, pois, de acordo com eles, essa era uma demanda que deve ser apresentada e assumida pelas direções escolares. Também falaram sobre o fato de que não era possível conseguir professoras/es para trabalhar à noite na favela. Essa realidade só mudou quando eu assumi a vice-direção da EMPEPI, em 2013, e imediatamente solicitei que a escola abrisse turmas de EJA. Durante todo esse ano tive que provar para a Secretaria de Educação que a escola tinha demanda, assim como que eu havia conseguido profissionais para dar aulas à noite na escola. Fiz isso conseguindo uma lista de nomes e contatos de moradores interessados em voltar a estudar e buscando docentes que se dispusessem a atuar no noturno na escola.

Seguido todo esse trâmite, conseguimos começar com três turmas em 2014. Desde seu início, sempre pautamos nossas atividades por discussões que envolvessem temáticas da própria Comunidade. Como não poderia deixar de ser, discutimos o Programa Vila Viva, um programa do governo federal que visava a

¹ Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

melhoria da qualidade de vida dos moradores das Favelas pelo Brasil, ou como muito se vangloriou e até noticiou-se à época, “as favelas seriam transformadas em bairros”. Preciso esclarecer desde já que esse foi um tema que muito me motivou em minhas conversas e discussões pela Comunidade e com a Comunidade. Há muitos anos é uma das questões da política pública que me incomoda profundamente, como moradora nascida e criada nessa favela.

Dos cinquenta estudantes que começaram na EJA da EMPEPI, em torno de 70% eram adultos e idosos, possibilitando assim o espaço ideal para essas discussões, já que a maioria de nossos estudantes moravam na favela antes das intervenções do Programa Vila Viva acontecerem, vivenciaram as mudanças executadas, e algumas de nossas famílias foram inclusive diretamente atingidas com a remoção de suas casas.

Conversamos sobre as obras que foram realizadas, as que ainda estavam sendo concluídas, as que foram abandonadas e o porquê de se fazer uma avenida no meio da favela, onde a maioria dos moradores andam a pé ou de ônibus. Também discutimos e buscamos informações sobre quando haveria uma linha de ônibus que circulasse por essa avenida, atendendo à Comunidade. Descobrimos que não havia essa previsão.

Acrescentamos nessas discussões o documentário feito pelo Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, “Uma avenida no meu quintal” (<https://www.youtube.com/watch?v=rIxKVtikzPw>) que traz algumas histórias de moradores que vivenciaram a experiência do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra de diferentes maneiras.

Com essas discussões compreendemos na prática a potencialidade de ter no espaço escolar um grupo de pessoas que, além de estudantes da EJA, são mães e pais de famílias e trabalhadores, nos impulsionando a pensar como ela pode ser explorada para além da educação escolar, já que entre eles acontecem diariamente discussões sobre os problemas vivenciados individual e coletivamente. É indubitável a importância e potência da EJA como catalisadora da sistematização desse saber e viver coletivos. A partir dessas conversas, inúmeras questões podem

ser elencadas e uma formação muito mais significativa se apresenta, uma formação para a vida, com transformação de vidas.

Em todas essas discussões e nas ações seguintes foi fundamental o envolvimento dos docentes. Começamos nossa EJA com docentes que tinham interesse em compreender e participar das discussões e lutas, que acreditavam na EJA e sabiam de sua importância na vida do trabalhador. Todos tinham outros turnos de trabalho e de estudos, mas participaram de forma ativa nessa construção coletiva, compreendendo a importância de cada um nessa luta e trabalhando ativamente em sala com os estudantes todas as dúvidas e questionamentos que apareciam.

A EJA, em seu corpo discente, tem um importante papel se pensarmos que é um dos poucos espaços e lugares onde ainda há um encontro de grupos de pessoas que podem pensar, discutir e propor ações para o coletivo. Se analisarmos bem, quais são os espaços onde a população economicamente mais pobre da cidade, se encontra em grupos? Geralmente na igreja ou na escola, sendo que, dificilmente no primeiro haverá abertura para conversas e propostas de lutas por direitos. Já o segundo é, ou deveria ser, o espaço por excelência dessa formação e atuação.

Continuamos aprendendo nessas aulas e, no ano seguinte, a questão do transporte público se apresentou como um tema importante e potente para todos. Com isso, fomos procurar conhecer e entender mais sobre essa questão. Foi assim que, enquanto moradora e participante ativa de várias discussões de lutas por direitos na Comunidade, participei junto com o Ministério Público de Minas Gerais, por meio do Programa “Diálogos Comunitários: Programa de Apoio às Ações Comunitárias e Autogestionárias” (PAACA)² e o movimento Arquitetas sem Fronteiras, de algumas conversas sobre diferentes problemas que enfrentamos na favela como, por exemplo, aqueles relacionados às questões ambientais. Também

2 O objetivo principal do Programa é favorecer a aproximação e o diálogo entre o MPMG, a sociedade civil organizada e as comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou em situação de negação, violação e/ou ameaça de direitos fundamentais e sociais. Por meio desta aproximação e deste diálogo, o MPMG busca fomentar, junto com a Cáritas – MG, a participação popular na resolução de conflitos coletivos urbanos relacionados ao direito à cidade, especialmente ao direito à moradia (seja pela via judicial ou extrajudicial). Fonte: <https://dialogoscomunitarios.org.br/o-programa/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

nessas discussões já havia aparecido o problema com o transporte público, ou melhor, com a falta dele, então, procuramos o Movimento Tarifa Zero, por seu conhecimento e experiência na luta pelo transporte público em várias cidades do Brasil, incluindo Belo Horizonte, para pedir que nos explicassem e nos ensinassem o que sabiam sobre o transporte público em nossa cidade.

Em 2016, começamos nossa conversa apresentando a esse Movimento o que estávamos conversando com os estudantes da EJA e já pedindo que dessem uma aula sobre o sistema de transporte coletivo em BH para nós professoras, direção e estudantes. Nos atenderam prontamente e fizeram mais: nos explicaram o sistema com suas diferentes linhas de ônibus, organização por cores, números, etc, e a razão dessa organização; as questões contratuais das empresas com a prefeitura; as lutas já travadas e o que aprenderam com cada uma; mas, principalmente, nos apresentaram como essa é uma situação recorrente em praticamente todo o território brasileiro.

Após esse momento, escutando as demandas dos estudantes da EJA, moradores e trabalhadores da favela, começamos a conversar sobre como pensar, propor e fazer uma ação de luta para conseguir um ônibus que atendesse à Comunidade ligando-a à região leste e ao metrô de BH. Elaboramos algumas propostas, eles conversaram com algumas pessoas da BHTrans (Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte) e, ao final de 2016, decidimos que era melhor aguardar a transição de prefeitos para elevarmos a luta para o nível institucional. Assim fizemos.

Assim que o novo prefeito assumiu em 2017, fizemos várias ações, incluindo abaixo-assinado, manifestações em praças, panfletagem e uma audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, audiência esta que solicitamos por meio de uma carta³ encaminhada a todos os vereadores nos apresentando, apresentando nossa luta e fazendo um histórico de todas as ações e parcerias que já havíamos implementado até este momento, destacando a importância da existência desta nova linha de ônibus para a Comunidade e seu entorno e o

³ Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Om0XZVGNbTeyK1SMIILTCXTOMSYZK469SWdDV4Jb1rQ/edit?usp=sharing>. Acesso em: 04 dez. 2025.

envolvimento da população na mobilização para que ela se tornasse realidade. As entidades e movimentos envolvidos assinaram a carta, assim como todos os docentes e discentes da EJA. Junto à carta também foi o abaixo assinado com quase cinco mil assinaturas, recolhidas em diversos pontos da Comunidade.

No dia da audiência, conseguimos falar com alguns vereadores e dias depois conseguimos nossa primeira reunião com o novo Prefeito. Fizemos a reunião na sede da prefeitura, com participação minha, de representantes do Movimento Tarifa Zero e do vereador que fez a mediação. Apresentamos nossa demanda e o prefeito disse que iria encaminhar com a BHTrans, que entraria em contato conosco para ajudar na resolução.

Claro que isso não aconteceu! Quando conseguimos conversar com o BHTrans, reunião mais difícil de agendar do que com o prefeito, compreendemos que muito mais do que para a população de BH, ela estava a serviço das empresas de ônibus. Nos disseram desde sempre que nossa solicitação não poderia ser aceita, que conversaram com as empresas de ônibus e elas não aceitavam que acontecesse esse itinerário, pois qualquer empresa que assumisse entraria em região de outra, ou seja, a região centro-sul da cidade tinha uma “empresa/dona” e a leste “outra empresa/dona”.

Confirmamos mais uma vez que o problema do transporte se potencializa na favela pela má fé institucional, em sempre garantir mais para quem tem mais e menos para quem tem menos. Sem contar que na favela a maioria das pessoas são trabalhadoras e não tem tempo disponível para participar de mobilizações e lutas coletivas por garantias de direitos. Mesmo se tratando de um direito básico como o transporte público, que não é de graça e que faz parte do direito constitucional fundamental de ir e vir, eles deixam claro o ímpeto dos empresários que comandam esse serviço na cidade e que só pensam e só querem lucro, lucro, lucro.

Junte tudo isso, liquidifique e você terá um transporte público inexistente ou extremamente precarizado; um acompanhamento e fiscalização que não funcionam ou são totalmente cooptados pelos ricos empresários; um trabalhador

estudante da EJA que depende desse transporte, paga caro por ele, vive problemas diários em seu ir e vir para o trabalho e para a escola, mas que por falta de conhecimento e tempo, não consegue se organizar e lutar por melhorias no mesmo; e um pequeno grupo de pessoas que continua cada vez mais rico às custas dos mais pobres, perpetuando práticas históricas ainda muito comuns em nossa sociedade.

Como não desistimos e insistimos, disseram que os consórcios então entrariam em um acordo e colocariam o ônibus, mas, a preço de tarifa normal, o que recusamos prontamente. Incitaram vários moradores contra nós, dizendo que era isso ou nada. Claro que mantivemos a recusa pois, à época, quando o preço da passagem era R\$4,00, isso significava que cada passageiro pagaria mais de R\$1,00 por KM para usar o ônibus, o que por si só já era um absurdo. A população participante dessa reunião ficou bem dividida nesse dia, mas conversamos e explicamos que era um verdadeiro assalto essa proposta, além de não levar em conta que a maioria dos usuários dessa nova linha eram moradores da favela, trabalhadores assalariados ou desempregados.

Fizemos então uma contraproposta de uma nova linha de ônibus no modelo “Vilas e Favelas”, cuja passagem custava R\$0,90. Disseram que nossa proposta era absurda, irresponsável etc. Não cedemos, ratificamos que era o que atenderia à população e que não aceitariíamos uma linha de ônibus para atender interesses de empresários.

Não nos calamos e nem paramos por aí. O Movimento Tarifa Zero alugou um ônibus e os estudantes da EJA, com suas famílias e vizinhos, foram à BHTrans levando uma faixa, fazendo manifestação na porta e cobrando solução. Como não davam resposta, fizemos várias reuniões na escola e chamamos vereadores, representantes das empresas de ônibus, da BHTrans e a Comunidade, cada vez que vinham e nos enrolavam, um grupo de pessoas desistia, mas, ao mesmo tempo, mais pessoas ficavam sabendo e na reunião seguinte éramos mais. E assim ficamos durante meses.

Quando vimos que a situação não caminhava, junto com o Movimento Tarifa Zero tivemos a ideia de alugar um ônibus, pago com recursos do próprio Movimento, e fazer viagens de graça em alguns dias da semana para que a população pudesse conhecer o trajeto e experienciar a proposta. Fizemos placas para colocar nos pontos onde o ônibus faria paradas, divulgamos a ação e foi um sucesso junto à população. Nos momentos da “Busona”, assim foi chamada, aproveitamos para conversar com os moradores, explicar a ação, a luta e envolvê-los. Em seguida, solicitamos novamente outra reunião com o prefeito.

Nessa reunião, a BHTrans novamente se colocou a serviço das empresas e disse que era impossível atender nossa solicitação. O prefeito disse que se as empresas não queriam fazer a linha, tínhamos autorização para fazê-la e que a BHTrans deveria acompanhar e orientar o processo.

Compreendendo que com a BHTrans os encaminhamentos continuariam como sempre foram, saímos da reunião e fomos imediatamente agendar uma conversa com o sindicato dos motoristas de ônibus suplementares, que operam algumas linhas na cidade, nas quais cada motorista é dono do seu ônibus, apresentamos à eles a proposta. Eles nos explicaram que não conseguiram fazer o transporte nessa nova linha pelo valor da passagem de R\$0,90, como acontece nas linhas de Vilas e Favelas, pois, essas linhas são subsidiadas pela prefeitura que complementa o valor da passagem pagando um valor a mais às empresas por cada passageiro transportado. Esse subsídio, neste caso, não pode ser pago à eles, pois o contrato das empresas com a prefeitura proíbe esse repasse ao transporte suplementar. Então, nos fizeram uma contraproposta: fazer a linha com a passagem no valor de R\$1,50. Também nos disseram que há algum tempo tentavam atuar na região, diante da grande demanda dos passageiros, mas eram impedidos pelas grandes empresas e que essa seria uma excelente forma de abertura.

Voltamos para a escola, fizemos uma conversa com os estudantes da EJA e com a Comunidade e a proposta foi aceita. Algumas semanas depois fizemos a primeira viagem teste oficial. Em 1º de novembro de 2017, começou

oficialmente o “Busão da Comunidade” com a primeira viagem aberta para o público.

Em maio de 2018, a linha contava com dois veículos e operava das 5:50 às 22:00 de segunda a sexta-feira e das 6:30 às 22:00 aos sábados, não funcionando aos domingos. A média de passageiros era 700 pessoas por dia e a cobertura da imprensa explicitava o impacto positivo da sua criação na vida de moradores do Aglomerado da Serra e do entorno. Pouco tempo depois o número de ônibus já havia dobrado e o de passageiros aumentou na mesma medida. Até novembro de 2018, ela foi considerada uma linha em teste.

Além da implantação e qualificação da linha S19, como produto do processo de mobilização comunitária em torno da implantação do Busão da Comunidade, houve um aumento na participação dos moradores nos espaços abertos à sociedade civil para discussão e encaminhamento de demandas de mobilidade urbana de caráter local para apreciação do executivo municipal, como é o caso das Comissões Regionais de Transporte e Trânsito/CRTT.

Em novembro de 2018 foi comemorado o aniversário de um ano do Busão, com bolo e tudo mais para os passageiros e motoristas, com uma festa linda⁴. No ano seguinte também foi criada uma cartilha, uma espécie de manual do usuário⁵, com o objetivo dar continuidade a essa movimentação pela cidade, inclusive nas escolas, para contar essa experiência com o Busão e como ela pode ser replicada, multiplicada. Porém, infelizmente, veio a pandemia e não foi possível avançar com essa etapa.

Atualmente essa nova linha por nossa luta implantada, S19, faz parte das linhas oficiais da cidade. Houve mais algumas expansões de números de veículos e horários e a quantidade de passageiros é cada vez maior. Conseguimos ampliar o percurso pensado e proposto no princípio, indo do Hospital Evangélico até o Shopping Boulevard, atendendo também um grande número de trabalhadores e usuários desses outros lugares. Após essa movimentação, os motoristas dos

⁴ Registro em <https://www.youtube.com/watch?v=SWQPojVSGrU>. Acesso em: 04 dez. 2025.

⁵ Disponível em: https://tarifazerobh.org/uploads/2022/06/cartilha_busao_comunidade.pdf. Acesso em: 04 dez. 2025.

ônibus suplementares conseguiram que fosse criada mais uma linha de ônibus, S92, que também passa pela favela, conectando novos bairros e atendendo muitos trabalhadores de outras regiões e bairros.

Termino esse relato, que é também um registro histórico, pensando em um tanto de coisas que fizemos e que não coloquei aqui, mas que também foram muito importantes, como reuniões em outras escolas da Comunidade e participação em mídias falando sobre a proposta. Foram tantas coisas feitas, tanto trabalho, que algumas vão se perdendo na memória e no tempo. Foi muito tempo, muita luta, mas uma vitória que até mesmo ao mais otimista surpreendeu e, principalmente, nos deu forças para continuar acreditando nas lutas e na educação que muda as pessoas para que elas possam transformar o mundo.

Considerações essenciais

À época dessa movimentação eu era a diretora da escola e, claro, estava envolvida de corpo, alma e coração com esse problema e tenho certeza que esse meu envolvimento visceral fez toda diferença na existência e na continuidade da movimentação, até porque, foi um movimento de luta que durou aproximadamente dois anos e enfrentou junto aos estudantes da EJA inúmeros desafios, como atendimento dos órgãos públicos somente em horários comerciais, dificuldade no trabalho para liberação para participação, questões familiares, dentre outros tantos desafios comuns na vida de adultos trabalhadores. Muitos deles, com toda essa demora, desacreditaram da luta, sem contar que alguns já haviam participado de outras lutas, em sua maioria perdidas e sempre questionavam por que acreditar e participar de mais essa?

Os discentes em vários momentos sentem-se desmotivados e os docentes muitas vezes estão muito atarefados e com pouco ou nenhum tempo de manejo para ações além da escola. Por estar na gestão, ser moradora e estar completamente envolvida com este problema, me fiz presente e representante em praticamente todos os momentos e eventos, garantindo a manutenção de um

pequeno grupo mais atuante, um núcleo duro por assim dizer, sendo também uma representante e multiplicadora para quem não podia participar. Foi a partir da possibilidade desse envolvimento que a maioria das ações aconteceram.

Por isso mesmo posso afirmar que é preciso que haja pessoas que se envolvam por inteiro nesses processos, que não são fáceis, não são rápidos e são muito trabalhosos, com nenhum reconhecimento por parte dos gestores que estão em níveis hierárquicos superiores e com muito trabalho extra feito de forma voluntária para que o resultado seja alcançado.

Participei e organizei inúmeras reuniões, com a BHTrans, passando pela câmara municipal até com o prefeito e todas elas sempre eram marcadas para o chamado “horário comercial”, horário esse que não atende a maioria dos nossos estudantes e professores. Ou seja, nossa participação era efetivamente por eu estar lá, enquanto moradora, mas porque minha função de diretora me permitia organizar meu horário e trabalho para os tempos da máquina e burocracia públicas. Além disso, também vivenciamos inúmeras ações aos finais de semana, à noite em dias que não tínhamos aula e nos períodos de férias e recessos escolares.

Juntamos nossas forças, estudamos, respondemos e criamos tudo que nos solicitaram. Toda essa movimentação durou anos. Haja tempo, disponibilidade e paciência para tanto lenga-lenga... Claro que tudo isso tem que acontecer junto com todas as outras demandas da escola, inclusive a falta de professores e funcionários, que é diária e sem nenhum suporte da Secretaria de Educação.

O principal aprendizado, do meu ponto de vista, foi alcançarmos nosso objetivo e a Comunidade saber a força que tem quando se une para o bem comum. Além disso, também preciso destacar a importância das parcerias nas lutas. Não teria sido possível enfrentar as diversas ações e omissões do poder público somente com nossa força de vontade e coragem. Foi nos parceiros que encontramos forças para continuar a batalha quando muitos pelo caminho desistiram e também a mim, muitas vezes, faltava força e fé nos encaminhamentos e tempos do sistema.

Por fim, termino essa história de luta com a confirmação da vitória que foi a conquista do Busão da Comunidade, mas também exaurida de energia e, pior, quase sem esperança em uma política pública que reconheça e valorize a Educação de Jovens e Adultos, pois, minha sensação ao final, principalmente junto à quem faz a política, era de que esse tipo de ação e formação cidadã chega a ser inconveniente por provar e provocar nas pessoas, principalmente estudantes e professoras/es da EJA, a importância dessa política existir e resistir em nossa sociedade.